



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679912 - RS (2021/0218303-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **EDER RENATO MARTINS SIQUEIRA E OUTRO**
ADVOGADOS : **ÉDER RENATO MARTINS SIQUEIRA - RS099816**
: **RONALDO SILVA DA ROCHA - RS119941**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PACIENTE : **REGINALDO FALEIRO BERNARDO (PRESO)**
CORRÉU : **ADAO DAS CHAGAS**
CORRÉU : **LUIS CARLOS ALMEIDA DOS SANTOS**
CORRÉU : **OSEIAS SALOMAO ANDRADE ALBERNAZ**
CORRÉU : **CÉSAR RODRIGO TRAJANO TAVARES**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGINALDO FALEIRO BERNARDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nos autos do HC 5054830-83.2021.8.21.7000

O paciente foi preso em flagrante delito, posteriormente convertida em prisão preventiva pela Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Torres (RS), pela prática de crimes contra o patrimônio (furto qualificado, concurso de pessoas e rompimento de obstáculo), estando sob custódia até a impetração deste remédio constitucional.

O impetrante alega a ilegalidade na manutenção de sua prisão por ensejar um cumprimento antecipado de pena sem sentença penal condenatória, tendo em vista que nada indica que o paciente integre qualquer organização criminosa, nem que se trate de uma pessoa de alta periculosidade. Alega ainda que não há indícios de que queira se furtrar da aplicação penal ou que queira prejudicar o regular trâmite da instrução processual.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para ensejar a revogação da prisão preventiva permitindo que o paciente responda ao processo em liberdade ou para que sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, conforme prevê o art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente